

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO  
FINDO EM 31/12/2025.**

**(Valores expressos em Reais)**

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação, entidade sem fins lucrativos de direito privado, instituído pela Lei Estadual 17.762 de 19 de novembro de 2013 sob a forma de serviço social autônomo, com sede na Rua Júlio Pernetta, 695. Mercês, Curitiba – PR. CEP: 80810-110.

A entidade é regulada por estatuto e vincula-se por cooperação a Secretaria de Estado da Comunicação Social, tendo por missão institucional a promoção e o desenvolvimento da comunicação do Estado do Paraná, através de ações de fomento à Comunicação pública e da prestação de serviços de criação e distribuição de materiais audiovisual e noticioso, com finalidade educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

Entre os seus objetivos estão:

- (i) criar, produzir e distribuir material audiovisual e noticioso, com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública para veículos de comunicação tradicionais e novas mídias da internet;
- (ii) criar e produzir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;
- (iii) prestar serviços de produção de conteúdo e de imagens;
- (iv) criar, fomentar, produzir e executar ações que visem ao desenvolvimento da Comunicação Pública;
- (v) desempenhar outras atividades compatíveis com a sua finalidade.

A entidade poderá celebrar contratos de gestão com os entes participantes, bem como convênios, ajustes, termos de parcerias, termos de cooperação técnico científica, além de contratos de prestação de serviços com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, sempre que considerar ser essa a solução mais vantajosa para a execução de suas finalidades, observando os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem, além das disposições da legislação societária

brasileira, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, quando aplicável.

Foi adotada, também, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, que se refere à ITG 2002(R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a qual trata em específico dos aspectos contábeis das entidades sem fins lucrativos e a ITG 1000 – Normas aplicáveis e modelo de plano de contas e demonstrações contábeis.

### **NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos:

#### **a) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais.

#### **b) RECEITAS e DESPESAS**

As receitas e despesas foram registrados por seus valores originais e de acordo com a sua competência.

#### **c) IMOBILIZADO**

Está demonstrado pelo custo de aquisição e valor justo, deduzido das suas depreciações e amortizações correspondentes, calculadas pelas taxas estabelecidas em função da vida útil estimada por espécie de bens.

#### **d) OBRIGAÇÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS**

Foram constituídas provisões, com base no regime de competência, observando as férias transcorridas e ainda não gozadas, num montante julgado suficiente para cobertura das obrigações com férias dos seus funcionários, apropriadas até a data de encerramento do balanço.

Essas provisões foram calculadas partindo do número de dias de férias, convertidos para valor em moeda pelo salário atual de cada funcionário, acrescidas de um terço constitucional e os respectivos encargos sociais, conforme legislação trabalhista em vigor.

#### **e) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as normas contábeis brasileiras e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## f) GERENCIAMENTO DO RISCO

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco, juntamente com o conselho fiscal.

O objetivo da Administração é controlar os riscos operacionais de contas a receber, de créditos, de investimentos, de liquidez, para que com estes cuidados evitar a ocorrência de perdas financeiras e danos à reputação da instituição, buscado a eficiência dos custos sem restringir a iniciativa e a criatividade de seus colaboradores.

## NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA SEM RESTRIÇÃO

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As receitas geradas por estes investimentos são registradas como receitas financeiras.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e Equivalente de Caixa	7.921.996,38	5.576.386,15
Bancos Conta Movimento	<u>707,88</u>	<u>4.719,72</u>
Ag. 3793-1 C/C 13.178-4	707,88	4.719,72
Aplicações de Liquidez Imediata	<u>7.921.288,50</u>	<u>5.571.666,43</u>
Ag. 3793-1 C/C 12.921-6	0,00	28.742,18
Ag. 3793-1 C/C 13.421-X	7.550.994,42	5.423.866,45
Ag. 3793-1 C/C 14.600-5	4,03	119.057,80
Ag. 3793-1 C/C 15.572-1	299.411,07	-
Ag. 3793-1 C/C 14.501-7	53.515,84	-
Ag. 3793-1 C/C 16.063-6	17.363,14	-

## NOTA 5. – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Referente a adiantamento de férias pagas em até dois dias antes do início do período de gozo, ocorrido no próximo exercício, adiantamento para despesas de viagens e adiantamento a fornecedores.

## NOTA 6 – DESPESAS ANTECIPADAS

Despesas pagas antecipadamente, relativo a aplicativos e sistemas de informática, e aluguéis cuja vigência anual não ultrapassa o período de um ano.

## NOTA 7 – IMOBILIZADO

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações e/ou amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, conforme descrição abaixo:

Descrição	31.12.2025			31.12.2024	
	Custo de Aquisição	Aquisição no Exercício	Depreciação e/ou Amortização	Residual	Residual
Máquinas e Equipamentos	552.265,80	210.009,48	-160.161,67	602.113,61	466.276,82
Equip. Proc. Eletrônico de Dados	605.670,06	11.948,33	-460.153,25	157.465,14	261.320,77
Móveis e Utensílios	18.549,79	4.630,00	-4.535,69	18.644,10	15.886,06
<b>Totais</b>	<b>1.176.485,65</b>	<b>226.587,81</b>	<b>-624.850,61</b>	<b>778.222,85</b>	<b>743.483,65</b>

**Movimentação do Imobilizado**

Descrição	2025	2024
<b>Custo corrigido</b>		
Saldos em 01 de janeiro	1.176.485,65	697.410,79
Aquisições	226.587,81	479.074,86
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro	1.403.073,46	1.176.485,65
<b>Depreciações/Amortizações</b>		
Saldos em 01 de janeiro	(433.002,00)	(266.431,48)
Depreciações/Amortizações	(191.848,61)	(166.570,52)
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro	(624.850,61)	(433.002,00)

**NOTA 8 – INTANGÍVEL**

O intangível está representado por softwares, amortizados mensalmente de forma linear:

Descrição	31.12.2025			31.12.2024	
	Custo de Aquisição	Aquisição no Exercício	Depreciação e/ou Amortização	Residual	Residual
Softwares	137.909,00	39.420,00	-145.063,17	32.265,83	12.333,89
<b>Totais</b>	<b>137.909,00</b>	<b>39.420,00</b>	<b>-145.063,17</b>	<b>32.265,83</b>	<b>12.333,89</b>

**Movimentação do Imobilizado**

Descrição	2025	2024
<b>Custo corrigido</b>		
Saldos em 01 de janeiro	137.909,00	137.909,00
Aquisições	39.420,00	-
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro	177.329,00	137.909,00
<b>Depreciações/Amortizações</b>		
Saldos em 01 de janeiro	(125.575,11)	(120.869,54)
Depreciações/Amortizações	(19.488,06)	(4.705,57)
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro	(145.063,17)	(125.575,11)

## NOTA 9 – PASSIVO CIRCULANTE.

O Passivo Circulante registra:

- a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais relativas à apropriação de valores relativos a férias vencidas e proporcionais, encargos sociais sobre as provisões para férias e sobre a folha de pagamento, com vencimento no exercício seguinte;
- b) Fornecedores e Contas a Pagar relativo as despesas apropriadas pelo regime de competência com vencimento no exercício seguinte;
- c) Obrigações Fiscais são valores relativos ao PIS sobre Folha de Pagamento do mês de dezembro e sobre as provisões de férias;
- d) Demais Obrigações são valores retidos na fonte por substituição tributária, relativo ao Imposto de Renda e Contribuições Sociais Retidas na Fonte.

## NOTA EXPLICATIVA 10 – PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração, suportada por pareceres da assessoria jurídica, avalia periodicamente os riscos envolvidos e constitui provisões quando presentes os requisitos de reconhecimento.

Conforme a norma contábil aplicável, provisões são reconhecidas quando existe obrigação presente, decorrente de evento passado, cuja saída de recursos é provável e passível de estimativa confiável.

Quando a obrigação é classificada como possível ou quando não há estimativa confiável, os valores são divulgados como passivos contingentes em notas explicativas.

Em 31/12/2025, a Administração reconheceu provisões para processos judiciais classificados como perda provável e com valores mensuráveis com confiabilidade, conforme quadro abaixo:

<b>Natureza</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Provisionado (R\$)</b>
<i>Cível</i>	<i>Custas e honorários advocatícios decorrentes de condenação judicial</i>	<i>16.000</i>
<i>Trabalhista</i>	<i>Condenação ao pagamento de horas extras e intervalos intrajornada</i>	<i>31.000</i>
<b>Total</b>		<b>47.000</b>

Os valores provisionados representam a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidação das obrigações na data das demonstrações contábeis.

A Entidade possui processos judiciais classificados como perda possível, para os quais não foram constituídas provisões, incluindo principalmente:

- Discussões envolvendo aplicação de convenções coletivas de trabalho;
- Processos trabalhistas individuais com possibilidade de condenação futura;
- Processos coletivos envolvendo aplicação retroativa de convenções coletivas.

Com base nas estimativas disponíveis, a exposição potencial relevante pode alcançar valores estimados em até aproximadamente R\$ 320 mil, além de efeitos decorrentes de eventuais aplicações de convenções coletivas ainda não mensuráveis com suficiente segurança.

Existem processos com classificação de perda provável, porém sem estimativa confiável de valor na data-base, especialmente relacionados a discussões de enquadramento sindical e aplicação de normas coletivas.

Nestes casos, não foi constituída provisão, em conformidade com a norma contábil aplicável, sendo mantida apenas divulgação qualitativa.

Processos classificados como perda remota não geraram provisão nem divulgação detalhada, conforme permitido pela norma contábil.

A Administração acompanha continuamente a evolução dos processos judiciais, podendo revisar as estimativas e classificações de risco conforme novos fatos e decisões judiciais ocorram.

#### **NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido do Serviço Social Autônomo E-PR Comunicação é compreendido pelos superávits e déficits acumulados decorrentes de suas operações desde a sua criação e pelas doações e subvenções para investimentos recebidos.

A entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio nos termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional - CTN

#### **NOTA 12 – RECEITAS OPERACIONAIS BRUTA**

As Receitas Operacionais identificadas na Demonstração de Resultado, sem origem restrita são aplicadas integralmente nos objetivos sociais da entidade.

#### **NOTA 13 – RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS**

Os resultados financeiros líquidos apropriados ao resultado estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
IOF	(108,89)	-
IOF s/ Aplicação Financeira	(1.290,20)	(227,25)
IRRF s/ Aplicação Financeira	(116.415,35)	(30.547,66)
	<b>(117.814,44)</b>	<b>(30.774,91)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Descontos Obtidos	625,45	-
Receitas de Aplicações Financ.	547.849,85	245.049,03
	<b>548.475,30</b>	<b>245.049,03</b>
<b>Total</b>	<b>430.660,86</b>	<b>214.274,12</b>

#### **NOTA 14 – SEGUROS**

O Serviço Social Autônomo mantém seguro de vida em grupo, para resguardar seus administradores e empregados. Cobertura conforme apólice 453577.

#### **NOTA 15 – IMUNIDADES E ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS**

A Entidade é constituída sob a forma de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, e está sujeita às disposições legais e normativas aplicáveis às entidades dessa natureza, em especial às normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e à legislação tributária administrada pela Receita Federal do Brasil.

De acordo com seu Estatuto Social, a Entidade não distribui resultados, superávits, dividendos, bonificações ou quaisquer parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma, a dirigentes ou mantenedores, aplicando integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Atendidos os requisitos previstos na legislação vigente, a Entidade usufrui de imunidades e/ou isenções tributárias em relação a determinados tributos federais. Em decorrência disso, não são constituídas provisões nem reconhecidos passivos tributários relacionados a esses tributos nas demonstrações contábeis.

A Administração entende que, na data-base das demonstrações contábeis, a Entidade atende aos requisitos legais necessários à manutenção das imunidades e isenções tributárias aplicáveis.

Eventual descumprimento das condições estabelecidas na legislação pertinente poderá implicar a perda desses benefícios fiscais, sujeitando a Entidade ao recolhimento dos tributos correspondentes, acrescidos de atualização monetária, multas e demais encargos legais.

Para fins de evidenciação, os principais tributos abrangidos pelas imunidades e/ou isenções foram estimados com base nos critérios previstos na legislação tributária vigente, conforme demonstrado a seguir:

Tributo	Exercício Atual (R\$)	Exercício Anterior (R\$)
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	1.428.709,18	852.779,98
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	538.479,09	323.354,66
<b>Total</b>	<b>1.967.188,27</b>	<b>1.176.134,64</b>

As estimativas apresentadas têm caráter meramente informativo e foram elaboradas considerando a hipótese de inexistência dos benefícios fiscais aplicáveis à Entidade, não representando obrigações tributárias constituídas ou exigíveis.

#### NOTA 16 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31/12/2025 até a data da aprovação das Demonstrações Contábeis não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira das demonstrações apresentadas.

#### NOTA 17 – FINALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis foram concluídas e autorizadas para divulgação pela Administração.

Curitiba, 31 de dezembro de 2025.

CLAUDECIR JOSE  
MUNHOZ:796967  
08904

Assinado de forma digital por  
CLAUDECIR JOSE  
MUNHOZ:79696708904  
Dados: 2026.02.24 15:18:07  
-03'00'

Claudecir José Munhoz  
Contador CRC/PR 036776/O-0  
CPF 796.967.089-04

RAFAEL CHINASSO  
FERNANDEZ  
SEGURA:06396000  
938

Assinado de forma digital  
por RAFAEL CHINASSO  
FERNANDEZ  
SEGURA:06396000938  
Dados: 2026.02.25 07:30:57  
-03'00'

Rafael Chinasso Fernandez Segura  
Presidente  
CPF 063.960.009-38